

Uma história breve da Medicina

Prof. Dr. Raymundo Manno Vieira¹

Sumário: Este artigo objetiva, recuperando alguns fatos históricos, relatar a origem de procedimentos médicos como os de diagnóstico e dos tratamentos terapêutico e cirúrgico. Não tem maiores pretensões do que ser uma sinopse muito sucinta das origens da medicina ocidental. Está focalizado na formação cultural do aluno de medicina na pretensão de motivá-lo para se informar sobre a história da medicina, de origem ancestral, mas, rica em descobertas científicas e em valores humanos.

Parte 1. A PRÉ-HISTÓRIA

Nas origens dos procedimentos médicos o mastigar de ervas e o lamber das lesões estão como os primeiros procedimentos de tratamento tanto das dores e doenças, quanto das feridas. O médico mais originário com certeza foi o xamã, o feiticeiro.

O escopo da medicina desde a sua origem ancestral (c. 12.000 a.C.) tem sido a promoção da saúde humana, buscando aliviar as dores, curar as enfermidades, pensar as feridas e protelar a morte do ser Humano.

Os Xamãs

A medicina surgiu na Antiguidade fundada na crença de que os males que afligiam ao Homem eram de natureza demoníaca, ou eram determinados por forças e potências sobrenaturais. O feiticeiro, o xamã, era quem sabia diagnosticar a causa sobrenatural de cada enfermidade e o ritual mágico para o seu possível tratamento. Era, então, o homem com conhecimento especializado no trato com as moléstias. Com ele, cerca de 10.000 anos a.C., germinavam os procedimentos de diagnóstico, os tratamentos ritualísticos mágicos. Assim ele foi “o ancestral do médico”. Nascia com ele a medicina.

¹ Diretor Acadêmico da Escola de Medicina Souza Marques; Professor Emérito da Escola Paulista de Medicina; Doutor em Anatomia, em Otorrinolaringologia, em Distúrbios da Comunicação Humana, pela Escola Paulista de Medicina.

Disto, pode-se considerar terem sido os xamãs e os feiticeiros os médicos mais originários.

Estes, quando do surgimento de religiões, foram sucedidos por sacerdotes, como ocorreu na Mesopotâmia, no Egito e na Grécia da Antiguidade e, de modo geral, em praticamente toda a Idade Antiga muitos médicos, antes de tudo, eram pertencentes à casta sacerdotal. A medicina no seu início estava, pois, associada às religiões.

E os xamãs, os feiticeiros e os sacerdotes das antigas religiões se valiam: para aliviar as dores, do uso de ervas e plantas, mastigadas, maceradas, ou em infusões; para curar as enfermidades, de atos mágicos e exorcismos, de rituais, de amuletos, de sacrifício etc.; para pensar as feridas, da limpeza destas com água e de compressas diversas, das suturas, do uso de talas; para protelar a morte, dos rituais da vida e da morte, de exorcismos, de rezas, de sagrações, e dos sacrifícios.

As dores, as enfermidades, as feridas, a morte

As dores desde sempre incomodam, sempre tornam difícil o viver e acalmar as dores tem sido uma busca continuada dos seres humanos. Ainda num tempo remoto, ou como um comportamento instintivo, ou como uma herança dos animais, o homem buscou nas plantas, nas ervas, um lenitivo para as dores. No transcurso da evolução humana o conhecimento sobre as plantas cresceu e se fez cada vez mais complexo e, com isto, permitiu um saber aprimorado sobre as ações destas e seus empregos mais específicos, não só sobre diferentes dores, como também sobre outros sintomas e mesmo sobre diversas enfermidades.

Surgiu assim, num dizer ingênuo, a terapêutica.

As enfermidades, quando manifestas, inicialmente eram entendidas como o efeito de uma força sobrenatural, fantástica ou espiritual. O homem primitivo deve ter imaginado que para saná-las, deveria primeiro diagnosticar a estas forças, depois conhecer os motivos que as levavam a agir e por último descobrir como anulá-las. Numa visão mágica, as etiologias das enfermidades começaram por sendo aceitas como espirituais ou sobrenaturais. Vista a enfermidade como sina, ou consequência de um pecado, ou de uma dívida do homem com um ente sobrenatural, divino ou demoníaco, logo, os rituais se apresentaram como o caminho para a conciliação, para a cura. Amuletos, sacrifícios, exorcismos, ex-votos, orações, abluções, mandingas passaram a constituir as partes integrantes dos ritos mágicos de cura. O uso de plantas, de infusões de ervas, foi, com o tempo, acrescido a estes ritos. Os xamãs e os feiticeiros primeiro e depois os sacerdotes, eram os que sabiam lidar com o sobrenatural e com os ritos de diagnóstico e cura.

As feridas sangram, infeccionam, purgam, gangrenam, matam. E logo o

“homo sapiens” aprendeu que precisava cuidar delas. De início, para tratar as feridas, como fazem os animais, as lambia. Com o tempo aprendeu a lavá-las. Depois, para cuidar destas, passou a se valer de compressas, primeiro de lama, a seguir de carne crua, e em continuidade de ervas e plantas mastigadas, ou esmagadas, maceradas. Só bem mais tarde, quando já possuía ferramentas como agulhas, passou a suturá-las. O uso de talas nas fraturas e o uso de bengalas de apoio foi um pouco mais tardio, mas, ainda assim aconteceu na albor da civilização. Deste modo, acompanhando as primitivas ações terapêuticas se desenvolveram as ações curativas do que viria a ser uma cirurgia primeva.

A morte é inerente à vida. Todo ser vivente tem como destino a morte. E muito cedo o homem aprendeu a inevitabilidade da morte. Mas logo procurou tentar evitá-la ou protelá-la. O enterro dos mortos sugere as preocupações do homem com a vida no além, com a possibilidade de um retorno à vida após a morte e, acima de tudo, demonstra o apego do ser humano à sua existência terrena, aos seus bens materiais. Os rituais mágicos de proteção contra a morte, de sagração dos cadáveres, surgiram como nasceram os procedimentos de tratamento das enfermidades. A terra, pensada como o grande útero materno, que gera a vida e o corpo, foi entendida como um dos abrigos ideais para a preservação do cadáver. Também o foram os procedimentos de mumificação. E os rituais mágicos da morte também acabaram ficando a cargo dos xamãs e dos feiticeiros e depois dos sacerdotes.

Parte 2. A IDADE ANTIGA

Na Antiga Mesopotâmia os procedimentos curativos naturais começam a se aliar aos sobrenaturais. O médico, ainda um sacerdote, já observava os sinais e sintomas das enfermidades e registrava em livros (tablitas de argila) suas observações. Com o maior conhecimento das ervas a terapêutica evoluiu.

A Medicina na Mesopotâmia

Ainda que houvesse uma medicina mágico-sacerdotal e de fundamentação sobrenatural, já na Suméria (c. 1600 a.C.) surgiram os primeiros “Tratados de Medicina”, sendo o maior deste o que foi denominado de “Tratado de Diagnósticos e Prognósticos Médicos”. O seu texto foi obtido de 40 plaquetas coletadas e estudadas por René Labat na primeira metade do século XX, sendo que, deste, a cópia mais antiga data de c. de 1600 a.C. Porém, os textos referidos nestes documentos são compilações do conhecimento médico na Mesopotâmia de vários séculos anteriores.

No tratado os sintomas de muitas das doenças que conhecemos já se encontram descritos e as ervas para os seus tratamentos já são enumeradas e

indicadas, ainda que a terapêutica tivesse em vista a purificação do corpo do homem. O seu texto contém a descrição de doenças reconhecidas como a otite, a tuberculose, a hepatite, a gastrite, a obstrução intestinal, a litíase renal a blenorragia, entre muitas outras. Está organizado numa ordem que vai da cabeça aos pés, com subseções cobrindo doenças convulsivas, ginecológicas, pediátricas etc.

Os médicos mesopotâmios, para seus diagnósticos, usavam procedimentos mágicos de adivinhação como a leitura do fígado de animais imolados, utilizando como referência modelos de fígado (hepatomância), inicialmente de argila e depois de bronze, e a astrologia, entre outros. Foram encontrados modelos de fígados em argila datados dos séculos XIX ou XVIII a.C.

Para os médicos mesopotâmios o objetivo do remédio era o de persuadir o demônio a acreditar na ideia de que continuar residindo naquele corpo seria uma experiência desagradável. Em decorrência laxantes, purgantes e diuréticos foram a maioria dos remédios daquele povo.

O inglês Reginald Campbell Thompson, que dedicou vinte anos ao estudo das tabletas de escrita cuneiforme, publicou uma obra admirável: “The Assyrian Herbal” (“O Herbário Assírio”) que se ocupa exclusivamente das drogas e plantas medicinais da Mesopotâmia. Conseguiu decifrar os nomes de nada menos do que duzentas e cinquenta plantas e outras substâncias utilizadas na Mesopotâmia para fins medicinais.

Segundo Campbell Thompson os sacerdotes já conheciam a papoula, fonte do ópio, a qual também já era citada em receitas egípcias, e a beladona (“*Atropa belladonna*”) utilizada racionalmente, contra espasmos vesicais, contra a tosse, no tratamento da asma e da salivação excessiva. Além destas, conheciam muitas outras drogas que eram igualmente empregadas no Egito. Entre estas se encontram: a mandrágora, o meimendo, a tamaricácea, o loto, o salgueiro, a amoreira, o louro, o junco, a mirra, o incenso, o açafraão, o tomilho, o cominho, o zimbros, a colocíntida, o alho e a cebola. Valiam-se ainda, de muitas substâncias de origem mineral, como o alume, o enxofre, o cobre, o azinhavre, a magnetita, o betume, a argila, o lodo de rio e também de origem animal como o esterco de gazela, a urina de jumenta, as fezes humanas, os testículos de cão etc. O cânhamo indiano tinha a denominação assíria de “*Quunabu*”, e corresponde à “*Cannabis sativa*”. Frequentemente era empregado contra as dores, em casos de bronquite, males da bexiga, reumatismo e insônia.

Resultados igualmente interessantes foram por ele obtidos ao examinar instruções para o tratamento da pneumonia. Consistia em fazer cataplasmas quentes de linhaça, combinado com o envolvimento em panos que eram

mergulhados repetidamente em água quente ou em decocção de funcho (um caldo de erva-doce).

Alguns procedimentos cirúrgicos na Mesopotâmia, como a drenagem do tórax e a cirurgia da catarata, já ocorriam. Os mesopotâmios conheciam os supositórios e os clistéis e inventaram uma espécie de cateter, uma sonda uretral, para tratar a gonorreia. Havia uma odontologia que já lidava bem com próteses dentárias.

O Código de Hamurabi regravava a prática médica e a veterinária.

Se a medicina praticada na antiga Mesopotâmia deixou um legado que influenciou médicos de outras civilizações, constitui uma questão a ser respondida. O que se sabe é que muitos dos princípios básicos da medicina, como os procedimentos de diagnóstico (ainda que por meios místicos e mágicos), o uso de fármacos (ervas, minerais e produtos orgânicos) e procedimentos cirúrgicos para o tratamento das enfermidades, bem como a armazenagem de textos sobre medicina, começaram na Mesopotâmia, ainda que outras culturas também tenham desenvolvido estas práticas de forma independente.

*No Antigo Egito surgem as “Escolas de Medicina” nas “Casas da Vida”.
O médico egípcio o “Sunô” já se apresenta com elegância e sabe não só ouvir, como examinar e tratar o doente. Possui um bom arsenal medicamentoso composto de ervas, minerais e produtos orgânicos e realiza cirurgias.*

A Medicina no Antigo Egito

As múmias hoje se constituem não só em testemunhas mudas das doenças do Egito Antigo como do estudo destas. Permitem identificar que os egípcios sofreram das mesmas doenças que sofrem os homens modernos.

Os conhecimentos que se tem da medicina dos egípcios foram, em grande parte, obtidos de papiros, ditos médicos, descobertos por arqueólogos. Os papiros, entre outros, o mais antigo o de Ramesseum de c. 1900 a.C., o de Ebers (datado de c. 1550 a.C.) o papiro da farmacologia e o papiro de Edwin Smith (também datado de c. 1550 a.C.) o papiro das cirurgias, são fundamentais para o conhecimento da medicina egípcia antiga.

PRINCIPAIS PAPIROS MÉDICOS			
Denominação	Localização	Datação	Assunto
Ramesseum III, IV, V	Oxford	1900 a.C.	ginecologia, oftalmologia
Kahoun	Londres	1850 a.C.	ginecologia

Ebers	Leipzig	1550 a.C.	geral, farmacologia
Edwin Smith	Nova York	1550 a.C.	cirurgia
Hearst	Califórnia	1550 a.C.	medicina geral
Londres	Londres (BM10059)	1350 a.C.	magia
Berlin	Berlin	1300 a.C.	medicina geral
Chester Beatty VI	Londres (BM10686)	1200 a.C.	enfermidades retais
Carlsberg VIII	Copenhague	1200 a.C.	ginecologia
Serpentes de Broklyn	Brooklyn	300 a.C.	picadas de serpente
Crocodilópolis	Viena	150 a.D.	geral
Londres e Leyden	Londres (BM10072)	250 a.D.	medicina geral, magia

Com os egípcios surgiram os templos escola para preparar os sacerdotes nas diferentes artes dos tratamentos, as Casas da Vida (<Per-ankh>). Estas eram também locais nos quais se reuniam todas as disciplinas e documentos voltados para a cura das enfermidades. Nelas o estudante da medicina dispunha de tudo aquilo que poderia favorecer as suas habilidades e todos os instrumentos indicados nos escritos relativos à prática médica.

No Egito, além dos sacerdotes das práticas ritualísticas e sacramentais, havia o médico laico, o “swnw” (sunô) que corresponderia ao que é o médico hoje. Era preocupado com a sua elegância, pois, se banhava, se perfumava, vestia-se de branco com roupas sempre limpas. Sabia conversar com os seus pacientes para saber de seus males e sabia examiná-los. Interrogava, inspecionava e palpava o paciente. Eram bons observadores e tinham alguns conhecimentos de anatomia e desenvolveram uma fisiologia e uma fisiopatologia para explicar as enfermidades. Observavam e atentavam para as secreções, a urina, as fezes, o sangue. Os historiadores dizem que examinavam o coração e até tomavam o pulso dos seus pacientes. Porém, como contava as pulsações é discutível, pois, não tinha como medir unidades de tempo pequenas como o minuto.

Conheciam muitas doenças como a doença da meia cabeça (enxaqueca), a angina do peito, o infarto do coração, as varizes, as hérnias entre muitas outras. Conheciam muito bem os seus recursos terapêuticos que se constituíam de ervas, minerais e produtos orgânicos utilizadas em infusões, beberagens, pastas e pomadas. Já realizavam cirurgias, principalmente procedimento ortopédicos, e há quem acredite que praticavam trepanações ainda que com fins de exorcismo e alívio de dores.

No papiro de Ebers, se encontra a primeira descrição do infarto do miocárdio. Também se reconhece o relato de quadros de enxaqueca, ataques convulsivos de tipo epiléptico, alterações do estado de ânimo principalmente de melancolia e outros. Cabe perguntar se observações da angina do peito e do infarto do miocárdio teriam estabelecido a relação entre o dedo anular e o coração, o qual até o século I a.D. foi chamado de dedo do coração.

Na medicina egípcia a terapêutica estava centrada nos fármacos. Nos papiros são nomeadas cerca de 500 substâncias pertencentes ao saber médico. O número e a espécie das drogas que puderam ser identificadas, a partir dos sinais da escrita egípcia justificam a afirmação que diz que os egípcios conheciam pelo menos um terço de todos os remédios registrados nos modernos livros de farmacologia.

Na relação que segue uma amostra da fonte destas drogas: aipo, alface, alho, briônia, cardamomo, colocíntida, cominho, erva-doce, feno-grego, folhas de sene, o heléboro, junco, linhaça, lírio, loto, quelidônia, quinquefoliado, rícino, romã, sicômoro, tamarga, terebinto, tomilho, o zimbro etc. Muitas destas plantas tinham claros efeitos farmacológicos, como o ópio, o óleo de rícino, a papaverina, a digital e outras que ainda são pertencentes à farmacopeia atual. A digital, como consta no papiro de Ebers, era administrada nos casos de afecções cardíacas. Recentemente foi possível obter do alho e da cebola os princípios ativos, a alicina e a alistatina, que se revelaram de eficácia contra os mais diversos agentes etiológicos que provocam disenteria, tifo e cólera. Valiam-se ainda de minerais e produtos orgânicos como a borra da cerveja e o mofo do pão com comprovados poder germicida.

Os egípcios realizavam amputações e Heródoto refere ter sido a prática da circuncisão iniciada no Egito. Os instrumentos utilizados nas cirurgias eram ganchos, fórceps dentários, serras, sondas, cateteres, frascos para enemas, cautérios, cranioclastos, cutelos, lancetas e vasos de todo tipo, feitos de cobre ou de bronze. Parece que praticavam sangrias com finalidade terapêutica.

O corte cirúrgico muito aberto, no abdome, era costurado. Cortes menores eram amarrados com pequenas tiras de linho, impregnadas de resinas, ou atadas com carne fresca. A carne que era utilizada não só servia de atadura elástica de compressão, mas, como hoje é sabido, contém também fermentos hemostáticos.

No tratamento de fraturas no antebraço usavam ataduras de linho, embebidas em resinas de látex glutinoso ou em asfalto, que substituíam o engessamento atual. Para as lesões dos ossos, tanto fraturas, como luxações, principalmente dos braços e pernas, se valiam de técnicas de tração para reduzir a lesão e de imobilização, com o uso de tabuinhas e bandagens.

Já havia especialistas entre eles como o médico dos olhos, do nariz, o do corpo, do abdome, o do ânus. Cabe destacar que c. de 3000 a.C. já existiam especialistas em cuidar dos dentes.

Na visão mitológica o divino “Thot” (<Dyehuty>) foi quem, entre muitas outras coisas, criou as receitas curativas.

Os conhecimentos acumulados dos egípcios, no decurso de milhares de anos, também foram o ponto de partida para que pessoas notáveis como Imhotep, c. 2980-2950 a.C., vizir do rei Dyeser (Dinastia III), criassem uma escola curativa a partir da qual se desenvolveram e aprimoraram os métodos médicos e cirúrgicos praticados no Egito dos faraós. Posteriormente, como o divino “Imouthes”, foi, pelos gregos, comparado a Asclépio.

Para os Hebreus, numa concepção religiosa, tanto a doença, como a cura, eram devidas ao Deus único. Com os Hebreus foram estabelecidos procedimentos preventivos e profiláticos, regras de higiene e noções de contágio. Deu-se o início de uma Medicina Social.

Medicina dos Antigos Hebreus

No estudo da medicina entre os antigos hebreus (até 63 a.D.) deve-se considerar, inicialmente a Época Bíblica e depois a Época Talmúdica.

A Época Bíblica

o termo “Bíblia” é grego e significa “Livros”. De fato, a Bíblia é antes de tudo uma coleção de livros. Em hebraico, esta coletânea chama-se “Tanach”, uma sigla formada por três letras: o T de Torah (que é a coleção dos cinco livros de Moisés, o Pentateuco), o N de Neviim (Profetas) e o CH de Chetubim ou Ketubim (Escritos).

A Bíblia começou a ser escrita provavelmente entre 950 e 850 a.C. Além da Bíblia (documento escrito), os judeus eram envolvidos pela tradição transmitida oralmente, através dos séculos, e que veio a se chamar Mishná.

Os antigos Hebreus não escreveram livros consagrados à medicina, mas, na Bíblia, encontram-se numerosas passagens que revelam o interesse que esse povo devotava aos problemas da saúde e cujos principais feitos nessa área foram: a introdução da higiene, um conhecimento inicial das noções de contágio e procedimentos de prevenção.

Os médicos (<rofeh>) são pouco referidos no Antigo Testamento. A primeira menção ocorre no Gênesis 50: 1-3, mas se trata tão somente do embalsamamento do patriarca Jacob, que teria ocorrido no Egito e que poderia ter sido realizado por um médico egípcio.

Doente e médico oravam a Deus antes de qualquer atitude e, assim, Deus seria o médico por excelência: “Eu sou o Senhor que te curou” (Êxodo 15: 22). O Sr. Deus seria o grande curador.

Boticários, enfermeiros (<toflim>) e parteiras, são outros profissionais da saúde referidos no Antigo Testamento.

A quase ausência de médicos, contudo, não significava uma aceitação da enfermidade ou da morte.

Como o ser humano foi criado à imagem e semelhança de Deus, a vida seria sagrada, e ele seria obrigado a preservá-la. A existência pós-terrena, escassamente mencionada na Bíblia, não serve como escusa para abandonar os cuidados com o corpo. Estes cuidados dizem basicamente respeito à higiene, às práticas dietéticas e à profilaxia de determinadas doenças.

As ideias sobre saúde, doença e tratamento, para os hebreus envolviam o modelo mágico-religioso e, do ponto de vista do binômio saúde-doença, no relato bíblico, predominou a concepção religiosa, embora, a menção à magia propriamente dita seja muito rara, ela existe no relato bíblico. Diferente de outras religiões da Antiguidade, não eram os espíritos malignos, os responsáveis pela enfermidade. A indiscutível fé em um Deus único e poderoso levou o povo a aceitar que tanto a saúde quanto a doença eram decorrentes do Deus único. Saúde e enfermidade eram, na realidade, a virtude, que se contrapunha ao castigo e vice-versa. A cura das doenças seria determinada por Deus, que seria, assim, o médico supremo. Deste modo a <vis medicatrix naturae> (força curativa da natureza) seria emanada do Deus único.

Rudimentares, foram as noções de anatomia, fisiologia e patologia em oposição com a higiene pessoal e pública que foi exercida pelos hebreus dentro de rigorosa disciplina.

Os hebreus iniciaram, normalizando e dando forma, procedimentos aprendidos com egípcios, quando foram escravos destes.

Muitos importantes procedimentos preventivos e profiláticos foram por eles padronizados iniciando, de certa forma, o que hoje conhecemos com Medicina Social. Alguns dos preceitos bíblicos eram: comer carne pura, sem qualquer contaminação; esterilizar objetos; quarentena; lavar as mãos antes de comer; banhos de todo o corpo; a ideia do contágio; prescrições especiais sobre a vida familiar e sexual; a moderação do apetite; alimentação diária com duas refeições.

O “Torah” recomendava não apenas o isolamento do doente contagioso, mas, também a desinfecção por meio da fervura dos objetos e até mesmo o uso do fogo para objetos de metal. A demolição das casas era realizada quando necessária. Em caso de epidemia, era recomendado que a população não se aglomerasse em ruas estreitas. Aspecto notável se referia a que os cemitérios deveriam ser situados longe dos centros comunitários.

A Época Talmúdica

A Diáspora coincide com a ascensão do “Talmude”, e não por acaso. Com a dispersão e a destruição do Templo (70 a.D.) a vida religiosa passou a girar em torno da Sinagoga (“Beit Haknesset”, Casa de Reunião) e do Templo (“Beit Hamikdash”, a Casa do Santuário). O Templo era operado pelos sacerdotes que conduziam o ritual, nele incluído o sacrifício de animais. Já a Sinagoga era um lugar de orações, de discussão, realizadas num clima informal. O advento da Sinagoga coincide com a expansão da lei oral.

Com a dispersão e suas vicissitudes, o texto religioso exigiu cada vez mais discussão e interpretação, no que se especializaram os mestres (“Tanaim”). Com o tempo a tradição oral se tornou extensa a ponto de exigir uma compilação, o que foi feito em dois locais:

- 1º Em Jerusalém, onde permanecia uma pequena comunidade judaica, compilação esta que é o “Talmude Ierushalmi”;
- 2º Na Babilônia, onde os judeus haviam vivido por vários séculos, compilação é denominada de “Talmude Bavli”.

O processo de elaboração do Talmude durou do século II a.C. até o V a.D., quando foi concluído o Talmude Babilônico.

O texto talmúdico é bem diferente do texto bíblico: os autores são conhecidos e constantemente citados, não há uma ordem cronológica. Enquanto a Bíblia é lacônica o Talmude é exuberante, e o mais importante, enquanto o texto bíblico é prescritivo, o Talmude é dialético, “cheio de debate, controvérsia e casuísmo que chega aos menores detalhes”.

No Talmude encontram-se muitos ensinamentos médicos e sobre a Medicina Talmúdica que foi praticada no período compreendido entre o século II a.C. e o VI a.D. É natural que nessa época houvessem influências da medicina praticada pelos gregos e romanos, pelos babilônios e persas.

Como na Bíblia, no Talmude é referida a associação entre a vontade divina e a doença, ou o sofrimento. Contudo, a doença não é um resultado automático do pecado, assim como a saúde não é resultado automático da virtude.

Como dizia um mestre do século II a.D., conhecido somente como Ben Azzai:

“Qual a recompensa por uma boa ação? A boa ação. Qual o castigo por um pecado? O pecado. A boa ação e o pecado encerram em si próprios a sua recompensa e o seu castigo”.

Pormenores anatômicos e funcionais de certos órgãos (esôfago, laringe, traqueia, pulmões e órgãos genitais) estão revelados no Talmude. O rabino

Judá destacou ser o cérebro a sede do pensamento. A medula espinhal foi estudada do ponto de vista da anatomia e da fisiologia, conforme se deduz da informação de que o traumatismo da coluna levaria à paralisia. É referido que as taquicárdias e palpitações poderiam ter sua etiologia no medo.

É ainda da medicina talmúdica o conceito de que o sangue representaria o princípio vital e de que as artérias (até então consideradas cheias de ar) estariam cheias de sangue. Foi criado um método para determinar a quantidade de sangue do ser humano.

Foi descoberto que a deficiência de sal poderia causar doenças.

Ainda no Talmude é destacada a presença de parasitas em determinadas doenças de vários órgãos. Ficou sabido que a mosca era um vetor de doenças infecciosas.

Surge uma medicina natural sem as originais explicações sobrenaturais. A medicina é vista como uma profissão com direito a remuneração. A medicina natural de Hipócrates, o pai da medicina. A obra hipocrática e os preceitos fundamentais da prática médica.

Medicina dos Antigos Gregos

Com os gregos a medicina evoluiu de um saber sobrenatural para um saber natural.

A medicina dos gregos, como a mesopotâmia e a egípcia, iniciou na forma mágica sendo apatronada por entidades mitológicas e praticada por sacerdotes e magos.

Com o advento dos filósofos pré-socráticos a visão de mundo do homem grego mudou radicalmente. As noções: 1ª de um princípio único gerador de tudo o que existe e ao qual tudo se reduz, a <arkhé>; 2ª de um processo natural pelo qual tudo o que existe nasce, se desenvolve, cresce, vige e evolui, a <physis>; 3ª da possibilidade da razão humana, <ratio>, e não o fantástico, ou o sobrenatural, poder explicar a tudo o que existe, através de discursos coerentes, o <lógos>; 4ª da crença na existência de uma ordem soberana que a tudo o que é existente rege, ordena e dispõem, o <kósmos>; permitiram aos pensadores gregos exilar os deuses e os espíritos das explicações sobre a natureza, a essência, do que existe, quer no seu todo maior, o macrocosmo, quer no seu todo menor, a natureza humana, o microcosmo. Com isto, as interpretações do mundo, da vida e do homem baixaram dos céus para terra.

Deste modo com o advento dos filósofos pré-socráticos, que investigaram a estrutura do mundo natural sem recorrer a explicações míticas ou místicas, a Medicina começou a sair da esfera da magia e a entrar no domínio da ciência. Assim a medicina racional, não baseada em superstições e mitos, foi uma invenção dos gregos.

Já no final do século VI a.C. começaram a surgir os primeiros indivíduos dedicados exclusivamente à arte da cura. Por volta da metade do século V a.C. a Medicina na Grécia já era uma profissão respeitada. Era praticada em consultórios e era remunerada de comum acordo com o doente, quando ele dispunha meios para isso. Mas, o médico era um profissional itinerante que viajava muito. Não havia enfermagem. Os doentes mais graves eram assistidos em suas próprias casas e os cuidados eram prestados pelos próprios familiares, pelos servos da casa e, eventualmente, por discípulos do médico. Todos os sofrimentos do corpo eram da alçada do médico, inclusive os problemas odontológicos.

Além de tratamentos clínicos, geralmente à base de plantas e laxativos, cirurgias rudimentares já eram praticadas com relativo sucesso, especialmente para o tratamento de fraturas, ferimentos e de abscessos.

Com o tempo muito dos clínicos passaram a ter hospitais, que eram mais propriamente dispensários, ou clínicas, nas quais os pacientes eram operados ou tratados. Algumas comunidades chegavam mesmo a financiar dispensários para os pobres.

Por volta anos 500 a.C. já existiam distintas escolas de medicina cujas práticas diferiam muito e já existiam especialistas em certas doenças bem como abalizados charlatões. Também, havia ainda os mágicos, que se valiam da magia e feitiçarias e um grande número de “ortopedistas”, “oculistas” e “dentistas”. Alguns médicos para curar usavam loções externas, outros, hidroterapia e banhos medicinais, porém, já havia os médicos que usavam grandes variedades de ervas e drogas.

As primeiras referências históricas apontam médicos nas colônias gregas ocidentais e orientais (Magna Grécia, Cós e Chipre) sendo o mais famoso deles, graças ao historiador Heródoto, Demócedes, médico de Crotona (Magna Grécia), que viveu algum tempo entre os persas. Outro vulto ilustre da Escola de Crotona foi Alcmeón de Crotona (580-497 a.C.), considerado, por alguns estudiosos, o dirigente da mesma.

Demócedes de Egina (f. 550 a.C.), pode-se dizer, é o primeiro médico do qual se tem uma história de vida confiável. Tendo atuado como médico oficial da cidade de Egina e como tal remunerado, foi famoso por suas habilidades clínicas. Atuou também em Atenas com um alto salário e depois em várias outras cidades gregas. Finalmente atuou em Samos a convite do tirano Policrates, que reinou c. 536-522 a.C. Com a morte de Policrates, assassinado pelos Persas, Demócedes tornou-se escravo destes. Sua fama, no entanto, chegou aos ouvidos do monarca persa Dario e o médico não só curou a este que sofria de luxação do quadril, como a rainha que sofria de um abscesso crônico. Ricas recompensas foram dadas por Dario a Demócedes, mas, não lhe foi concedida a liberdade. Voluntário para atuar como espião persa, como

uma evasiva, acabou alcançando a sua liberdade na sua cidade natal de Crotona.

Alcmeón de Crotona um dos mais importantes dos discípulos de Pitágoras, construiu as bases da medicina científica através da dissecação de animais. Teria escrito o livro “Sobre a Natureza” que se perdeu, tendo restado apenas poucos fragmentos da sua obra, além de referências feitas por autores antigos. Foi o primeiro a dissecar a tuba auditiva ou faringo-timpânica (trompa de Eustáquio), os nervos ópticos e o olho. Considerava o cérebro a sede das sensações, pois, os sentidos estariam ligados ao cérebro. Seria ainda o centro da vida intelectual, da memória e do saber. Foi o primeiro a relacionar o cérebro com as funções psíquicas, com a alma (<psykhé>), noção que mais tarde se perderia. Foi um pioneiro da embriologia e descreveu a cabeça do feto como a primeira parte a se desenvolver.

Outro médico de destaque foi Empédocles de Agrigento (492-430 a.C.), o fundador e o mais célebre representante da escola médica siciliana. Foi um dos mais desconcertantes e originais pensadores do século V a.C. Nasceu c. 492 a.C. em Acragás (Agrigento na Sicília), rica cidade da Magna Grécia. Sua família era aristocrática e influente; conseqüentemente, Empédocles participou das atividades políticas de sua cidade durante algum tempo. Depois, viajou por muitos lugares e faleceu, cerca dos sessenta anos (c. 430 a.C.), em local ignorado. Nada mais se conhece da sua vida.

Suas ideias, conhecida como a doutrina dos quatro elementos, influenciaram profundamente Platão, Aristóteles, os Estoicos e também as ciências, notadamente a medicina.

A doutrina dos quatro elementos só perdeu o prestígio na segunda metade do século XVIII a partir dos estudos de Lavoisier (1743-1794). Seja qual for a verdade acerca do modo de formação desta concepção da matéria, importa salientar, a influência ímpar que veio a ter no pensamento filosófico e científico durante mais de vinte séculos.

Empédocles formulou, ainda, a teoria do calor natural e as bases da Escola Pneumática. Seus ensinamentos levavam a ideia de ser o sangue o responsável pelo calor natural ínsito e em ser o coração o centro do sistema vascular e o órgão principal do pneuma, distribuído pelos vasos sanguíneos. O pneuma era equivalente à alma, à vida, mas era também algo mais. Identificado com o ar e o hálito, o pneuma podia ser visto a se elevar como um “vapor” a emanar do sangue de uma vítima de sacrifícios. Estas ideias viriam a ser rejeitadas pela Escola de Cós. Para Empédocles, o sangue seria a mistura mais perfeita dos pensamentos (“noéma”) dos quatro elementos arcaicos e por isto o sangue do coração teria o “noéma” em mais alto grau.

Ainda no século V a.C. se destacaram Onasilos e seus irmãos, filhos de Onasicipro, médicos em Idálion e Hipon de Samos (sec. V a.C. fl. 429 a.C.),

filósofo e médico grego, caracterizado como seguidor de Tales e contemporâneo de Péricles (c. 429 a.C.).

Deste modo, com as teorias dos pitagóricos, de Alcmeón e com a teoria dos quatro elementos de Empédocles, foi preparado o caminho para as doutrinas que originariam a medicina natural, desenvolvida pelos Hipocráticos.

Medicina Hipocrática

O mais importante médico dos séculos V e IV a.C. foi o famoso Hipócrates. Era originário da Ilha de Cós e, segundo a tradição, deu grande impulso à Medicina em todos os seus principais aspectos. A medicina atual, sem dúvida alguma, é eminentemente uma medicina hipocrática.

Sabe-se que nasceu na Ilha de Cós, filho de um médico, Heráclides, que foi o seu primeiro mestre. Os estudiosos concordam em fixar seu nascimento cerca do ano 460 a.C., porém, há as divergências quanto à data de sua morte, que teria ocorrido provavelmente em Larissa, na Tessália, por volta de 380 a.C., e só não se tem dúvida de que ele morreu em idade avançada.

Hipócrates de Cós foi o maior médico da Grécia Antiga e já na Antiguidade era chamado de “Pai da Medicina”.

Muito de sua fama posterior adveio, no entanto, do fato de ter sido atribuído a ele, pelos antigos, os escritos médicos da nomeada “Coleção Hipocrática”. Nenhum dos textos, porém, pode ser, seguramente, considerado de sua autoria. Deve ser salientado que, a mais notável característica dos textos hipocráticos é que nenhum deles se vale da magia ou da religião para explicar a causa das doenças. Talvez essa convicção tenha decorrido daquilo que era professado pelo próprio Hipócrates.

E o mais importante, com Hipócrates a anamnese se tornou soberana para o estabelecimento do diagnóstico das doenças. O interrogatório como coleta de informações sobre os sintomas do paciente se tornou preponderante. O exame físico se fez obrigatório para constatar, com o uso dos sentidos, os sinais das enfermidades.

Os procedimentos estabelecidos por Hipócrates, para o diagnóstico e tratamento das enfermidades, podem ser resumidos em três ordenamentos básicos:

- 1º Ouvir os queixumes do paciente e explorar o seu organismo com todos os sentidos (visão, audição, tato, paladar e olfato);
- 2º Formular com raciocínio lógico hipóteses diagnósticas;
- 3º Orientar o tratamento, ou com a terapêutica, almejando eliminar a etiologia da doença, diferentes desequilíbrios na crase dos humores,

ou com a cirurgia, pretendendo extirpar, com o uso da faca, o que incomoda ao paciente.

Por tudo isto, Hipócrates tem sido considerado o “Pai da Medicina Moderna”.

A fisiologia dos hipocráticos se baseava na doutrina dos humores fundamentada nos pensadores pré-socráticos. Estes constituiriam a própria natureza do corpo humano. Os médicos hipocráticos desenvolveram a teoria dos humores para explicar os processos das enfermidades criando uma visão natural do estabelecimento das doenças. Introduziram a noção de humor (denominado, mais frequentemente, de <khymós>, mas também de <khýlos>, <ikmas>, <ikhor>) o qual seria um elemento fluído, substrato da mistura de quatro qualidades arcaicas, que animaria e vivificaria o corpo. Resultariam da mistura (<mixis>, <krâsis>) das qualidades, ou potências, naturais dos quatro elementos arcaicos (fogo, água, ar e terra) e seriam quatro: o sangue (quente e úmido), a pituíta ou fleuma (fria e úmida), a bile amarela (quente e seca) e a bile negra (fria e seca).

Para os hipocráticos a saúde resultaria da boa mistura, do equilíbrio, dos humores e as diferentes enfermidades dos diversos desequilíbrios das misturas destes.

A terapêutica era desenvolvida com dois objetivos:

- 1° O do restabelecimento do equilíbrio dos humores, prejudicado pela doença;
- 2° O da remoção da causa da doença, quando possível.

Ainda que os médicos hipocráticos tivessem tido uma trama bastante complexa de explicações para as diferentes enfermidades, quase sempre propunham três tipos de tratamentos:

- 1° A sangria (para eliminar os humores que se encontravam em excesso, ou com propriedades patogênicas);
2. Os purgantes (para completar a eliminação dos humores causadores da doença);
3. A dieta (para evitar que, a partir dos alimentos, voltassem a se formar os maus humores).

Um procedimento quase constante nos tratamentos era a purgação, ou purificação, para a evacuação dos humores nocivos através de clisteres, vomitórios, sangrias, fumigações. Banhos quentes e frios, alimentos especiais

e preparações medicinais à base de plantas também eram receitados. Eram preconizadas também dietas, que compreendiam o regime de vida em sua totalidade: tipo e quantidade de alimentos, horários de alimentação, exercícios, horas de sono, higiene pessoal, o uso terapêutico do vinho, as relações sexuais regulares e, eventualmente, mudança de residência ou mesmo de cidade.

Os princípios, de higiene, alimentação e exercícios, que eram utilizados no tratamento dos enfermos, que podem ser dito corretos em grande parte, são válidos até os dias de hoje. Isto possibilitou o surgimento, com Hipócrates, da Medicina Natural. Decorrendo disto acreditavam na importância da nutrição para a manutenção da saúde. Com os hipocráticos os efeitos do clima, da altitude, da umidade, da temperatura do ambiente passaram a ser considerados na gênese das enfermidades.

Os procedimentos cirúrgicos na coleção hipocrática foram descritos com muita precisão e entre outros eram citados: excisão de tumores, de abscessos, fístulas anais e hemorroidas. Procedimentos ortopédicos como a redução de fraturas e cuidados com as articulações lesadas também são referidos.

Talvez estas ações terapêuticas decorressem do conceito fundamental da clínica hipocrática, o da força curativa da natureza e de que, quando o equilíbrio orgânico é perturbado pela doença, a “natureza” tende a restabelecer o equilíbrio humoral e a reconduzir o organismo à “eucrasia” (no olhar de hoje à “homeostase”).

Com Herófilo e Erasítrato os conhecimentos da anatomia se desenvolvem com a prática dissecação de cadáveres. Com Herófilo a distinção entre artérias e veias se estabeleceu. Erasítrato distinguiu dois sistemas circulatórios e promoveu muitos avanços nos conhecimentos da anatomia.

A Escola de Alexandria

Em Alexandria, no Egito, os Ptolomeus fundaram uma escola de medicina na qual, pela primeira vez, a anatomia tornou-se uma disciplina do saber.

Os dois maiores professores desta escola foram Herófilo e Erasítrato, que iniciaram o denominado Período Alexandrino da Anatomia (entre 300-250 a.C.).

Herófilo

Herófilo da Calcedônia (fl. 300 a.C.) tem sido considerado o pai da anatomia.

Segundo Galeno, foi o primeiro a dissecar corpos de seres humanos e de animais, embora existam evidências da existência desta prática anteriormente.

Praxágoras, seu mestre, havia melhorado a anatomia aristotélica distinguindo as artérias das veias, porém, entendia as artérias como os tubos cheios de ar, similares à traqueia e aos brônquios, um erro comum, pois, no cadáver, as artérias costumam estar desprovidas de sangue.

O que se atribui a Herófilo foi a distinção clara entre artérias e veias. Este observou que os revestimentos das artérias eram muito mais espessos do que os das veias, e disto especulou que as artérias deveriam ter estado preenchidas não com o ar, mas com o sangue. Acreditava, portanto, que tanto as artérias quanto as veias, conteriam sangue.

Ampliou os estudos sobre a pulsação, que considerava um processo ativo próprio das artérias. Prestou atenção cuidadosa na participação do coração no pulso e foi o primeiro a fazer apuradas descrições de vários tipos de pulsos.

Erasítrato

Erasítrato de Quios (c. 304-250 a.C.), sucessor da obra de Herófilo em Alexandria, foi mais fisiologista do que anatomista tendo instituído a Fisiologia como uma disciplina oficial.

Sua fisiologia se baseava na observação de que todo órgão dispunha de um sistema tríplice de vasos: as veias, as artérias e os nervos. Notou ainda, que estes se dividiam até os limites extremos da visão e, assim, intuiu a existência do sistema capilar. Admitiu que a origem das veias e das artérias estaria no coração e que as artérias, como as veias, também conteriam sangue.

Para Erasítrato as veias carregariam o sangue para o coração. O ar entraria pelos pulmões e passaria para o coração, onde se transformaria em pneuma (<pneuma> = espírito vital) e daí seria levado, pelo sangue, para todo o corpo pelas artérias. Assim, o ventrículo direito conteria sangue e o esquerdo, espírito vital. Na diástole, entraria sangue no ventrículo direito e pneuma no esquerdo e na sístole ambos sairiam. Este pneuma iria para o cérebro, onde se transformaria em outro pneuma (“o espírito animal”), que seria distribuído para o corpo pelos nervos.

Pode-se dizer que Erasítrato distinguiu entre os dois sistemas vasculares, o sistêmico e o pulmonar. Deste modo, chegou muito perto da descoberta da circulação sanguínea, ideia aceita somente muito mais tarde por William Harvey (1578-1657).

Dividiu o encéfalo em cérebro maior (cérebro) e menor (cerebelo). Determinou ser o cérebro a origem de todos os nervos. Distinguiu nervos sensoriais de motores e acreditou que fluía nos nervos o espírito animal.

Com os etruscos e os romanos surgem os procedimentos de utilização de águas termais como terapêutica. Desenvolve-se a higiene pública e a prevenção da malária com a drenagem de pântanos.

Com Galeno ocorrem avanços nos conhecimentos anatômicos. Surge a doutrina do pneuma. Evolui a terapêutica com a “farmácia galênica”.

Medicina dos Etruscos e dos Antigos Romanos

Nem etruscos e nem os romanos acresceram grandes progressos às conquistas da medicina grega.

A Medicina dos Antigos Etruscos

Para os etruscos a enfermidade era intervenção divina e exigia, para a sua cura, sacrifícios e preces que necessitavam de um intermediário no culto, o sacerdote, que era, assim, o verdadeiro executor da medicina teúrgica.

Foram profundos conhecedores das águas termais, que utilizavam largamente na cura de muitas enfermidades. Valiam-se também do conhecimento das plantas para a terapêutica das enfermidades. Distinguiram-se também por sua perícia na medicina dentária tendo sido exímios fabricantes de próteses dentárias. Para preservar a saúde e evitar as doenças, pregavam a necessidade de uma vida salutar e sugeriam uma alimentação higiênica.

A Medicina dos Antigos Romanos

No seu arborescer a civilização romana herdou dos etruscos uma medicina essencialmente teúrgica. Os romanos aprenderam destes os rudimentos de higiene pública, a irrigação dos campos e a drenagem de pântanos para evitar o paludismo (malária). Em decorrência acabaram por realizar significativas obras para provisão de água potável por meio de aquedutos e canalizações. Deste modo a importância da influência etrusca na medicina romana se fez sentir principalmente na saúde pública e na higiene pessoal e no uso desta como agente terapêutico.

Existiu em Roma um sistema de drenagem de esgoto (datado do século VI a.C.) através do qual as cloacas máximas (espécie de fossas sépticas) se esvaziavam no rio Tibre.

O saneamento ambiental se realizava graças à construção de canais subterrâneos destinados a drenar as regiões pantanosas, pois, como estudiosos afirmam, os romanos já possuíam a ideia de que a malária era causada por pequenos animais, os insetos, que vinham dos pântanos.

O aporte de água se fazia por meio de 14 grandes aquedutos que proporcionavam bilhões de litros de água por dia. A distribuição da água para fontes, cisternas e casas particulares era excelente, porém nos bairros mais pobres já não era tão boa. Também era coletada a água da chuva que era utilizada na preparação de medicamentos. A água era usada para beber e para os banhos, uma instituição pública muito popular e quase gratuita.

Nos primeiros tempos, os romanos tomavam banhos frios no Tibre onde existiram grandes piscinas públicas. Quando os costumes gregos e orientais penetraram em Roma, foram construídos banhos privados no início e, posteriormente, grandiosos banhos públicos. Especialmente conhecidas foram as termas romanas, onde tomavam banhos frios, banhos de água quente e banhos de vapor. Em locais à parte era possível receber massagens, geralmente com óleos perfumados e, em outros, realizar exercícios de ginásticas.

Assim, em Roma, desde logo, foram construídos aquedutos, latrinas públicas e esgotos. Em geral, as condições de higiene ambiental em Roma foram tão boas quanto se poderia esperar de um povo que desconhecia por completo a existência dos micróbios.

Com a Lei das Doze Tábuas foram proibidos os enterros dentro dos limites da cidade e foi atribuída aos vereadores (“edis”) a responsabilidade na limpeza das ruas e na distribuição da água.

Durante a República a maioria dos médicos eram escravos gregos, ou seja, de uma posição inferior. Mas, no Império (c. 120 a.C.), Júlio César não só concedeu a cidadania a todos o que exerciam a medicina em Roma, como estabeleceu serviços médicos públicos.

Um segundo período na história da medicina romana consistiu na migração de médicos gregos para o Império Romano e com a consequente prática médica fundamentada nas doutrinas gregas. E logo acabou não havendo diferença entre a medicina romana e a grega.

Além disso, foram instituídos serviços médicos públicos, para os quais a cidade contratava um ou mais médicos (<archiatri>) e proporcionava local e instrumentos para que atendessem de forma gratuita a qualquer pessoa que solicitasse sua ajuda. Também foi organizado o serviço médico da casa imperial e muitos dos patrícios se valiam, de forma particular, de um ou mais médicos para o atendimento de seus familiares.

Com o tempo também foi legislado que a escolha do médico para o serviço público a deveria ser aprovada por outros sete membros do serviço.

Os salários destes profissionais eram fixados por conselheiros municipais.

O hospital militar, ou “valetudinarium”, surgiu como resposta a necessidade imposta pelo crescimento progressivo da República e do Império Romanos.

No princípio, quando as batalhas ocorriam nas cercanias de Roma, os enfermos e os feridos eram transportados para a cidade e aí, eram atendidos nas casas dos patrícios. Quando os eventos bélicos passaram a ocorrer cada vez mais longe, sobretudo quando a expansão territorial romano deslocou as legiões romanas para fora da Itália, o problema da atenção aos feridos foi resolvido com um espaço criado, dentro do campo militar, especialmente para o atendimento a eles, os hospitais de campanha, os valetudinários.

A arquitetura dos valetudinários era sempre a mesma: um corredor central e fileiras, de ambos os lados, de pequenas salas, cada uma com capacidade para 4 ou 5 pessoas. Estes hospitais foram as primeiras instituições desenhadas para atender feridos e enfermos. Os hospitais civis só surgiram cerca do século IV a.D., e foram produtos da piedade cristã.

Escola médica é um conjunto de médicos que segue as ideias, ou um corpo de doutrina, de um mestre. Em Roma as principais foram: a Metódica, a Estoica, a Pneumática, a Eclética. Porém, existiram, no declínio do Império Romano, escolas unitárias que seguiam uma única doutrina e escolas pluralistas que seguiam doutrinas combinadas daí a complexidade terminológica destas escolas.

Muitos foram os médicos que atuaram em Roma agregados a estas escolas.

- 1ª Os metodistas repeliam as hipóteses e teorias sobre as causas da enfermidade e consideravam o corpo na sua totalidade como enfermo, mas não consideravam uma força natural curativa. Em troca, sustentavam que somente havia poucas circunstâncias que seriam comuns a muitas das enfermidades, as quais deveriam ser tratadas principalmente por meio de dietas. Podem ser referidos como metodistas: Themison da Laodicéia (f. ?), Thessalio de Tralles (f. 60 a.D.), Sorano de Éfeso, que exerceu a medicina no século II a.D.;
- 2ª Os estoicos condenavam o luxo e a falta de moral de sua época. Eram, também, a favor de uma vida frugal, discreta, moderada e de fortalecimento. Pertenceram a esta escola: Lucius Annaeus Sêneca (4 a.C.-65 a.D.); Musonius Rufus, que viveu cerca de 10 a 79 a.D.;
- 3ª Os pneumatistas consideravam que a essência fundamental da vida seria o pneuma e que os seus transtornos no organismo, desencadeados por desequilíbrios dos humores, seriam as únicas causas das doenças. Atuaram nesta escola: Oribásio de Pérgamo (c. 325 - 403 a.D.), Paulo de Egina (c. 625 - 690 a.D.).
- 4ª A escola eclética surgiu com a finalidade de conciliar a doutrina dos metódicos e dos pneumatistas com a do empirismo. Foram seus membros: Areteu da Capadócia, que viveu no século II a.D., Rufus de Éfeso, que viveu no século I a.D.;

Deve se destacar no Império Romano a Aulio Cornelio Celso (c. 30 a 50 a.D.), um leigo na profissão médica, foi considerado como o “Cícero Romano da Medicina”. Celso escreveu “Da Medicina” (<De Medicina octo libri>), com segurança o melhor livro sobre assuntos médicos de toda a Antiguidade. O

livro era uma espécie de enciclopédia sobre os conhecimentos médicos de sua época. Cabe, em fim, lembrar que Celso estabeleceu os quatro sinais da inflamação: tumor, rubor, calor e dor.

Assim, medicina romana legou importantes contribuições para a posteridade: o saneamento ambiental, os hospitais militares e uma legislação da prática médica.

Medicina Galênica

Cláudio Galeno (129-200 a.D.) que foi, com certeza, o maior médico romano nasceu em Pérgamo e exerceu suas atividades já no final da Idade Antiga. Começou a estudar medicina aos 16 anos sob orientação de seu pai que era arquiteto. Foi cirurgião dos gladiadores. A sua fama de bom clínico foi muito grande e atravessou fronteiras.

Claudio Galeno foi sem dúvida o sucessor romano de Hipócrates. Seu prestígio se estendeu até Idade Média europeia, à ciência árabe e também aos primeiros fisiologistas modernos, como, por exemplo, o médico inglês William Harvey.

Como autor, Galeno, não tem paralelo na história. Seus escritos foram os mais volumosos de toda a Antiguidade. É composto por 22 grossos volumes numa única edição que existe atualmente, mas, que somente reúnem dois terços de toda a sua obra, pois o restante se perdeu.

Para Galeno a anatomia seria o fundamento da medicina embora, à sua época, a dissecação de cadáveres fosse proibida e, por isto, só tenha podido estudar, dos seres humanos, a anatomia dos ossos. No entanto, dissecou regularmente animais como bois, porcos, bodes e macacos, e realizou também diversas experiências.

Suas descobertas de anatomia e fisiologia, como, por exemplo, a descrição dos nervos sensoriais e motores, são importantes até hoje. Descobriu sete dos doze pares dos nervos crânicos. Fez ainda importantes descobertas sobre função muscular. Identificou músculos importantes do organismo. Estudou a influência da medula espinhal e dos nervos sobre a mobilidade muscular. Demonstrou que o cérebro controlaria a voz. Identificou as funções do rim e da bexiga e demonstrou que os rins secretam urina. Galeno descreveu também as válvulas do coração, e indicou diferenças estruturais entre artérias e veias, mas, não formulou uma teoria completa da circulação do sangue. Deu valor ao pulso para o diagnóstico. Porém, estabeleceu uma ideia equivocada de que o órgão central do sistema vascular seria o fígado e que o sangue se deslocaria do fígado para a periferia do corpo, para formar a carne.

Galeno extrapolava então as suas descobertas nos estudos com animais para os seres humanos e, em virtude disto, acabou cometendo, é claro, diversos erros, embora tenha feito muitas descobertas fundamentais. Um exemplo

destes erros foi a “rete mirabilis” que descreveu na base do encéfalo humano, existente em ruminantes, mas não no homem.

Desenvolveu, fundamentado na teoria dos humores, toda uma fisiologia do corpo para a compreensão dos processos das doenças. Formulou daí a teoria do pneuma que sobreviveu até a Idade Média.

Combinando as ideias humorais de Hipócrates com as antigas teorias pitagóricas devidas a Empédocles de Acragás das qualidades dos quatro elementos (a úmida da água, a fria do ar, a seca da terra e a quente do fogo), e com a teoria dos fluidos de Erasítrato, às quais agregou seus próprios conceitos de um pneuma presente em todas as partes do corpo, Galeno desenvolveu ainda mais o conceito hipocrático dos humores (fleuma, sangue, bile amarela, bile negra) e pretendeu explicar a absolutamente toda a saúde e enfermidade.

Galeno postulou, ainda, em coerência com a medicina hipocrática, que, a doença seria apenas um desequilíbrio entre esses humores, e que, caberia ao tratamento restabelecer o equilíbrio perdido.

Para Galeno o estado fisiológico normal seria devido ao equilíbrio de sete fatores naturais (<res naturales>) compostos por 4 elementos, 4 humores, 4 qualidade, 3 espíritos (pneumas), 3 faculdades, 2 operações, e 4 temperamentos (vide quadro a seguir).

OS SETE FATORES NATURAIS	
4 elementos	água, ar, terra e fogo;
4 humores	sangue, fleuma, bile amarela e bile negra;
4 qualidades	fria e úmida: fleuma; quente e úmida: sangue; fria e seca: bile negra; quente e seca: bile amarela;
3 espíritos	os pneumas: o natural, o vital e o animal;
3 faculdades	a apetitiva (vegetabilis); a afetiva (sensibilis); a racional (intellectiva);
2 operações	eucrasia (equilíbrio) e discrasia (desequilíbrio);
4 temperamentos	o sanguíneo, o fleumático, o colérico e o melancólico.

Com ele se deu a evolução da terapêutica. Conhecia como ninguém ervas e minerais utilizados para o preparo de medicamentos estabelecendo o que ficou conhecido como a “farmácia galênica”.

A obra de Galeno tem sido considerada como a expressão máxima da medicina antiga e o início da terapêutica racional. Como as obras de

Aristóteles, a literatura dos hipocráticos, a obra de Galeno perdeu até a aurora da Idade Moderna.

Parte 3. A IDADE MÉDIA

O retrocesso da Europa após a queda de Roma. As invasões bárbaras. O anacronismo da medicina com o advento do catolicismo. Os padres e os monges e a medicina. A escolástica. Surgem as escolas médicas e as universidades. As epidemias. Os santos patronos. Os hospitais.

A Idade Média

O início da Idade Média coincide com o fim da Idade Antiga sendo este caracterizado por eventos que contribuíram para a queda do Império Romano do Ocidente durante o século V a.D.

A Idade Média se estende cronologicamente de 476 a.D. até 1450 com o advento do Renascimento.

A forma de divisão da Idade Média em períodos, para fins didáticos, não é consensual. No entanto, a mais comum é a utilizada pelos medievalistas franceses. Para estes especialistas, a Alta Idade Média corresponde a um período que vai da Queda do Império Romano do Ocidente, em 476, até o ano 1000, após o qual inicia a Idade Média Clássica. A Baixa Idade Média corresponde ao século e meio que antecede ao Renascimento, ou seja, vai de 1300 a 1450.

De 476 a 1000	De 1000 a 1300	De 1300 a 1450
Alta Idade Média	Idade Média Clássica	Baixa Idade Média
Idade Média Antiga	Idade Média Plena	Idade Média Tardia

O feudalismo, um modo de organização social e político baseado em relações servo-contratuais, perpassou a Idade Média. Teve as suas origens na decadência do Império Romano quando este foi invadido por povos bárbaros. Predominou na Europa durante a Idade Média, quando o sistema escravista de produção no Império Romano entrou em crise. Diante da crise econômica e das invasões germânicas, muitos dos grandes senhores romanos abandonaram as cidades e foram morar nas suas propriedades no campo, nas vilas romanas, e deram origem aos feudos medievais.

A Baixa Idade Média, que se estende do século XI ao XV, foi um período caracterizado por um tempo histórico de crises no modo na produção feudal e nas relações econômicas, sociais e culturais a ela relacionados. Foi a derrocada do mundo medieval com a decadência do feudalismo que resultou de

acontecimentos como a Peste Negra, as Cruzadas e o Renascimento. Surgiram, com isto, mudanças no sentido de uma nova ordem econômica, o mercantilismo.

A Medicina nas Origens Medievais

Com a queda de Roma c. de 400 d.C. as grandes civilizações da Antiguidade recuaram e a Europa, ainda que uma herança greco-romana, regrediu culturalmente conquistada pelos povos bárbaros, principalmente os germânicos que, possuíam uma medicina primitiva de caráter mágico.

Era habitual entre estes o uso de feitiçarias e oferendas nos rituais de cura que praticavam.

Um aspecto interessante e ainda válido da medicina germânica foi o emprego de água medicinal, ainda hoje utilizado em diversos lugares da Europa central.

O Cristianismo deu origem ao Catolicismo que pouco a pouco se impôs por toda a Europa.

Os padres da nascente Igreja, com poucos conhecimentos biológicos e curativos, assumiram o papel dos médicos que praticamente desapareceram. Mas, apesar da regressão que se verificava nos povoados, nos mosteiros os copistas conseguiam salvar várias obras da Antiguidade clássica e proteger, assim, conhecimentos greco-romanos da Antiguidade.

A Medicina, patrística e a monástica, na Idade Média baixa, acabou sendo um retrocesso, pois, voltou a ver a doença como um pecado e a cura a ser realizada por milagres.

A Medicina Patrística

Na medicina hipocrática faltava um sentimento de bondade. Com a medicina patrística a palavra evangélica de alívio e consolo para com os doentes encontrou acolhida na prática médica e com isto, a medicina se tornou numa forma de praticar as virtudes pregadas por Cristo.

A presença dos Padres da Igreja na evolução da medicina se fez sentir a partir de século II quando nas escolas catequéticas começaram a ser introduzidas as disciplinas laicas de ensinamentos biológicos herdados dos gregos.

As contribuições da Medicina Patrística, em síntese foram: 1ª os Padres da Igreja, com seus estudos, escritos e doutrinações, contribuíram para conferir ao cristianismo uma dose de participação no cultivo dos bens terrenos, moderando e prevenindo excessos do fanatismo; 2ª a importância conferida às preocupações materiais preparou condições para que se formassem grupos monásticos com impulso de caridade e amor aos doentes e para que surgissem hospitais gerais nos mosteiros antes destinados apenas aos monges; 3ª um

papel de grande importância foi o de preservar, traduzir e comentar, sob a forma de compilações, obras antigas que de outra maneira estariam dispersas e perdidas e que foi nas bibliotecas dos conventos onde grande parte dessa tarefa foi executada; 4ª muitas vezes nas atividades dos mosteiros brotou o germe donde surgiram as universidades e as escolas médicas, como ocorreu com a Escola de Salerno e a de Monte Cassino; 5ª por último, a atuação patrística imprimiu forte contingente altruístico e deu à medicina, nos primeiros séculos da Idade Média, uma nova visão de mundo.

A Medicina Monástica

A palavra monge deriva do grego, monos, solitário. Para fugir das perseguições, homens iluminados por profundas convicções religiosas buscaram lugares ermos (donde ermitão) para buscar, no recolhimento, a paz de espírito e a tranquilidade.

As primeiras ordens monásticas foram criadas por Santo Antônio (c. 250 a.D.), S. Pacônio (292-346), S. Basílio (331-379) e Santo Atanásio (293-373). Mais tarde S. Benedito (século VI) reuniu em Monte Cassino homens pelo vínculo da busca da paz e da caridade.

Com a evolução as abadias transformaram-se em feudos eclesiásticos, semelhantes aos da nobreza temporal. A par do asceticismo logo se tornou tarefa dos monges o trabalho da terra, e com o mesmo espírito de apreço pelas obras deste mundo, surgiu a prática da medicina sob a forma de socorros aos doentes dentro e fora dos limites das abadias.

Os Padres da Igreja foram interessados nas questões ligadas à biologia, porém, delas trataram não com o mesmo ardor que consagravam aos temas religiosos.

Nem todos os frades se limitavam ao enclausuramento, muitos, mendicantes e pregadores, saíam levando a palavra da fé junto com o quanto haviam aprendido da arte de curar; quase sempre poucos rudimentos não obstante o acervo cada vez mais rico das bibliotecas monacais, porém, um acervo muito mais rico em filosofia do que em medicina.

Desde o início e durante toda a Idade Média se mantiveram lado a lado as medicinas laicas e monásticas. Os frades de Monte Cassino tinham na sua Regra a recomendação: “antes e acima de tudo deve-se cuidar dos doentes”. A atividade médica dos religiosos atingiu seu ponto culminante no século X. Porém, o labor médico dos monges fora dos limites das abadias não era do agrado da Igreja que avaliava seus inconvenientes para a vida religiosa. Além disso, a prática da cirurgia colidia com o preceito eclesiástico contra o derramamento de sangue: “Ecclesia abhorret a sanguinee” (a Igreja evita o sangue).

A crescente atividade médica dos clérigos provocou reações da Igreja sob a forma de decisões conciliares. A insistência no tema perante sucessivos Concílios revela a resistência encontrada da parte do clero em abrir mão das suas atividades médicas no meio mundano.

A expansão das chamadas Escolas Catedralícias, no século IX, tendo por modelo a fundada por Alcuíno, o ministro culto de Carlos Magno, permitiu que aumentasse o contingente de leigos estudando medicina, o que, por sua vez, contribuiu para que fosse, aos poucos, passando para as mãos destes o exercício profissional. O desenvolvimento do ensino universitário e o enriquecimento das grandes cidades com o comércio em expansão constituíram fatores adjuvantes nessa evolução.

A Escolástica

Na verdade é difícil determinar quando a influência de Aristóteles foi iniciada no pensamento ocidental. Após a depressão, advinda das devastações dos bárbaros ao norte, e dos sarracenos ao sul, a Europa viveu séculos de grande obscurantismo, até que a renovação cultural ditada por normas educacionais da Igreja despontou no século XI.

As escolas da cristandade receberam fortes influências vindas do leste, através de comentadores árabes transmitindo conteúdos filosóficos de Aristóteles e dos textos gregos originais do Filósofo. A Igreja que de começo encarava a leitura do Aristóteles como condenável, acabou por elevá-lo à importância dos conhecimentos provindos da Bíblia e dos Santos Padres.

A escolástica baseava-se em cogitações especulativas divorciadas da observação direta. Na medida em que a Igreja aceitou e difundiu essa maneira de pensar retardou a evolução da medicina, colaborando nisso a intransigência tipicamente eclesiástica. Contudo, foi um religioso franciscano, Rogério Bacon, quem no século XIII alertou as elites intelectuais para o verdadeiro caminho a seguir no estudo do mundo físico. A obra do ilustre frade conserva ainda hoje interesse, sendo instrutiva a leitura da parte referente às ciências experimentais onde está a medicina.

À Igreja ainda é atribuído o ônus de ter dificultado a pesquisa anatômica pela sua oposição aos estudos cadavéricos. A disposição que impedia teria sido a bula de Bonifácio VIII, promulgada em 1300 sob o título “De sepulturis”. Não raramente ouve-se esta acusação embora no começo deste século já se tivesse demonstrado a inexistência nesse documento de qualquer limitação taxativa aos estudos anatômicos, pois, se destinava apenas a impedir que não fossem os corpos dos mortos nas Cruzadas reduzidos a pedaços para serem enviados aos países de origem, para não serem enterrados em terras dos infiéis.

As Primeiras Escolas de Medicina

A primeira escola de medicina da Idade Moderna foi a Escola de Salerno criada em 1075, na costa do mar Tirreno. Nessa região por volta dos anos 900 reuniu-se um grupo de mestres e discípulos, e de

portadores de escritos dedicados aos assuntos médicos o que acabou por favorecer o surgimento da Escola.

A famosa obra “Regimen Sanitatis Salerni” ou “Flos Medicinae Scholae Salernitanae”, resultante de colaborações anônimas, de elaboração posterior ao ano de 1100, foi o livro de medicina popular que maior divulgação teve, tendo sido traduzido para diversas línguas e com múltiplas edições. A sua edição de Frankfurt, 1553, é particularmente interessante pelas belas xilogravuras e se constitui num dos mais curiosos textos da medicina antiga.

O famoso convento de Monte Cassino está ligado à evolução da medicina através de laços diversos:

- 1º São Benedito instituiu no mosteiro a preocupação da assistência aos enfermos;
- 2º O grande tradutor e divulgador da ciência árabe, Constantino o Africano, prosseguiu seus trabalhos como monge beneditino e terminou seus dias em Monte Cassino;
- 3º As atividades dos beneditinos criaram as chamadas escolas monacais precursoras das Universidades;
- 4º Deve-se ainda assinalar o valor da sua preciosa biblioteca onde foram recolhidos, traduzidos, comentados e copiados os mais importantes textos da antiga medicina.

Monte Cassino favoreceu uma nova ciência capaz de apagar as antinomias entre fé e razão, porém, só com o advento das Universidades é que o espírito humano entrou no caminho da sua emancipação.

O Surgimento das Universidades

O surgimento das Universidades se deu a partir de 1100 a.D.

O termo Universidade advém do latim <universitas, atis>, que fala de universalidade como o todo, a totalidade, o conjunto das coisas (<universitas rerum>).

O termo <universus, a, um> era utilizado no singular com nomes coletivos para designar o todo da coisa; na língua filosófica o neutro <universum> servia para traduzir o grego <τό όλόν> o todo.

Acredita-se que Cícero tenha criado o termo <universitas> para traduzir para o latim, o grego <hólotés> (a totalidade, a generalidade), que passou, após ele, a ser utilizado na língua do direito no significado de “organização”, de “associação”, de “vínculo associativo”.

A palavra “Universidade” não tinha originariamente o sentido de escolas superiores organizadas sob a forma de um conjunto. Servia apenas para designar corporações formadas pelos que, de procedências variadas, se reuniam em busca de fins comuns. Era seguida, de regra, de um genitivo para melhor caracterizá-la. Mestres e alunos dedicados ao <studium generale> (conjunto de matérias de nível superior), passaram a ser denominados <Universitas Magistrorum et Scholarium>.

Muitas das Universidades medievais têm suas datas de fundação envoltas em incertezas. As de Bolonha e de Paris, por exemplo, apareceram espontaneamente como frutos de um sentimento gregário aos poucos consolidado.

Outras têm suas datas mais definidas, pois, que ligadas a decretos reais ou a bulas papais. Assim originou-se a Universidade de Nápoles, em 1224, mediante ato de Frederico II, enquanto a Universidade de Salamanca, após iniciativa abortada de Afonso IX, em 1227, só teve sua fundação efetivada em 1243 graças à Carta de Privilégios de Ferdinando III, rei de Castilha.

São datas admitidas, por cronologia, para a fundação das principais universidades: Bolonha: 1088; Paris: 1200; Oxford: 1206; Nápoles: 1224; Pádua: 1228; Cambridge: 1229; Salamanca: 1243; Montpellier: 1289; Heidelberg: 1386; Iena: 1558.

Estas universidades passaram a organizar escolas de Medicinas nas quais importantes médicos da Idade Média e depois do Renascimento fizeram as suas formações e desenvolveram suas pesquisas em busca da evolução dos conhecimentos médicos.

As Epidemias na Idade Média

No século II a.D. surgiu a peste Antonina, uma moléstia que invadiu a Península Itálica e depois disseminou-se pelas regiões vizinhas, indo até o Reno. Segundo estudiosos havia semelhanças entre esta epidemia e a de Atenas. O mal permaneceu por vinte e dois anos consecutivos marcados por alternância de abrandamentos e exacerbações e repercutiu de modo intenso nos destinos da nação romana cujos alicerces começaram a tremer.

No homem assumia duas formas clínicas, a disentérica e a septicêmica, esta última, gravíssima, com mortalidade de 95% e que, modernamente, caiu para 50% após o advento dos quimioterápicos e dos antibióticos. O seu diagnóstico exige, atualmente, provas laboratoriais da presença do agente “*Pseudomonas pseudomallei*”, bacilo gram-negativo também chamado “*Pfeifferella whitmori*”.

Nos séculos III e IV Roma foi novamente abalada por epidemias terríveis.

A primeira irrompeu em 252 e teve suas manifestações descritas por Cipriano, bispo de Cartago, ficando conhecida como Peste de São Cipriano. Era uma enfermidade ulcerosa que, por causa de sua inflamação era denominada de carbúnculo, ou antraz, e acometia a todo o corpo e causava aos enfermos sérios perigos atacando, na maior parte dos casos, particularmente aos olhos e cegando a inúmeros seres humanos. O carbúnculo, ou antraz, é uma doença bacteriana aguda, causada pelo “*Bacillus anthracis*”, um bacilo Gram positivo, aeróbio, não hemolítico. Seu nome deriva do grego <anthrakís>, carvão, pois a forma cutânea da doença causa lesões pretas, de cor assemelhada a do carvão. É conhecida desde a antiguidade. Foi uma das 7 pragas do Egito, conforme é visto no Livro do Êxodo e é claramente descrita em documentos romanos. Foi a primeira doença a ter demonstrada a sua etiologia infecciosa obedecendo aos postulados de Koch, que isolou o bacilo em 1876. Em 1881, Pasteur usou uma cepa atenuada do *B. anthracis* para vacinar animais.

Foi a primeira vacina desenvolvida em laboratório.

A praga de 312 a.D. foi devida ao sarampo.

As epidemias que se sucederam foram agravadas pelas guerras e pela fome. Na Bretanha (atual Inglaterra), em 444, acarretaram enorme mortandade. No começo do século VI uma série de calamidades desabou sobre o mundo romano. O Vesúvio em atividade no ano de 513 causou muitos danos e tremores de terra. A Idade Média mereceu, por isto, mais do que nunca, a fama de “Idade Negra”.

O ano de 542 trouxe consigo outra grande epidemia que durou cinquenta anos, a Peste de Justiniano novamente com sintomas semelhantes aos relatados por Tucídides para a Peste de Atenas.

Ao aproximar o temido ano 1000, cada vez mais sombria era a vida na Europa e no Oriente Próximo. As concentrações nas cidades e a promiscuidade ao longo das marchas das Cruzadas promoviam a difusão de males contagiosos.

Então o mal se apresentou bem definido não havendo dúvidas quanto ao diagnóstico de “peste” no sentido hodierno. Ao lado desta peste, a bubônica ou pneumônica, estavam a varíola, a difteria, o Mal dos Ardentes, a Dança de S. Guido e, já no Renascimento, a sífilis.

No século XII várias moléstias eram consideradas “morbi contagiosi”, embora conhecidas muitas vezes por outros nomes: a lepra, a gripe, o tracoma, a oftalmia gonocócica, a sarna, o impetigo, o tifo, o antraz, a difteria, a erisipela, a tuberculose pulmonar e a peste.

A terminologia pecava pela precisão. A palavra lepra, por exemplo, era usada para designar um grupo de moléstias eruptivas que incluía o vitiligo, a psoríase, a sífilis e a própria lepra. A índole contagiosa da lepra era de longa data conhecida, mas, só em 583 o Concílio de Lyon estabeleceu determinações acerca da livre movimentação dos leprosos e, em 644, Rotharis, rei dos Lombardos, ordenou o isolamento destes, o que deu origem aos leprosários. Quando fora dos confinamentos usavam um manto negro com dois remendos brancos no peito. Ao se aproximar alguém eram obrigados a soar uma campainha, hábito mantido no interior do Brasil até o começo do século XX. A expulsão dos doentes das comunidades era atributo e prerrogativa de clérigos, e a cerimônia dessa exclusão se fazia com um rito macabro em que o paciente dentro de cova sepulcral recebia a extrema-unção, como se fora um defunto.

A Peste Negra, ou Peste Bubônica, foi, sem dúvidas, a maior e mais trágica epidemia registrada na história, tendo produzido um morticínio sem paralelo. Foi chamada de Peste Negra pelas manchas escuras que apareciam na pele dos enfermos.

Iniciou-se na Ásia Central, espalhando-se por terra e mar em todas as direções. Em 1334 causou milhões de mortes na Mongólia, na China, na Mesopotâmia e na Síria. Em 1347 a epidemia alcançou a Crimeia, o arquipélago grego e a Sicília. Em 1348 chegou a Marselha por navios genoveses procedentes da Crimeia. Em um ano, a maior parte da população da cidade francesa foi dizimada pela peste. Ainda em 1348 a peste chegou ao centro e norte da Itália e dali se estendeu para toda a Europa semeando desolação e a morte nos campos e nas cidades. Povoados inteiros se transformaram em cemitérios. Calcula-se que a Europa tenha perdido, com a peste, pelo menos, um terço de sua população.

Durante a epidemia, o povo, desesperado, procurava qualquer explicação para a calamidade. Para alguns era um castigo divino, punição dos pecados, aproximação do Apocalipse. Para outros, os culpados seriam os judeus, os quais foram perseguidos e trucidados. Somente em Borgonha, na França, foram mortos cerca de 50.000 deles. Atribuía-se, também, a disseminação da peste às pessoas que estariam contaminando as portas, bancos, paredes, com unguento pestífero. Muitos suspeitos foram queimados vivos ou enforcados.

No meio deste desespero e irracionalidade ocorreram episódios edificantes, pois, muitos médicos se dispuseram a atender os pestilentos com risco da própria vida. Para isso adotaram roupas e máscaras especiais. Alguns evitavam aproximar-se dos enfermos e prescreviam à distância e lancetavam os bubões com facas de até 1,80 m de comprimento. As medicações recomendadas eram da maior variedade e da mais incrível extravagância. Os capuchinhos e jesuítas cuidaram dos pestilentos em Marselha, correndo todos os riscos.

As consequências sociais, demográficas, econômicas, culturais e religiosas dessa grande calamidade foram imensas. As cidades e os campos ficaram despovoados; famílias inteiras se extinguíram; casas e propriedades rurais ficaram vazias e abandonadas e sem herdeiros legais; a produção agrícola e industrial reduziu-se enormemente; houve escassez de alimentos e de bens de consumo; a nobreza empobreceu; reduziram-se os efetivos militares, reduziu-se o clero, porém, houve a ascensão da burguesia que explorava o comércio.

Desde logo sobressaiu a contribuição de Atanásio Kircher, que foi com certeza o primeiro a ver, com o microscópio, os incontáveis grandes microrganismos (*Yersinia pestis*) transmitido pelas pulgas e as células purulentas no sangue dos pacientes com a praga.

Se Tucídides com a Peste de Atenas criou uma bela página da literatura, o mesmo fez Boccaccio no seu Decamerão com a Peste de Florença.

Os Santos e a Saúde

No século XIII na Hungria e depois na Alemanha apareceram as “Irmandades dos Flagelantes” e dos “Portadores da Cruz” que percorriam cidades e campos castigando-se em prol da remissão dos pecados. Há quem atribua a Santo Antônio (1231) a iniciativa dessa devoção que se alastrou pela Europa arregimentando milhares de adeptos. Porém, as peregrinações promovidas pelos Flagelantes serviam apenas para disseminar ainda mais a peste e outras moléstias.

A promiscuidade e o fanatismo produziram muitos abusos da licenciosidade e de atos de violência, estes últimos dirigidos contra os judeus tidos como responsáveis pelos males enviados como castigo contra suas heresias. Coube ao Imperador Carlos IV e ao Papa Clemente as medidas enérgicas para por fim às manifestações públicas da “mania da flagelação”.

Ainda como consequência da Peste Negra e do desespero das massas ante a impotência dos meios utilizados (devoção, sacrifícios e magias) a massa popular voltou-se para ouvir os apelos das práticas demoníacas e surgiu então a Dança de S. Guido ou de S. João. Formavam-se círculos de homens e mulheres de mãos dadas que, como possessos, entregavam-se a uma dança convulsiva e desenfreada. Essa psicose coletiva brotou subitamente em Aix-la Chapelle, em 1374, e espalhou-se para outras regiões.

A demonomania só se desfez nas chamas das fogueiras inquisitoriais, nas perseguições e lutas entre fanáticos e, quando, na medicina apareceram os meios para afastar as epidemias e clarear o entendimento dos homens.

Porém, a medicina não esteve livre do espírito da época. Assim, Jean François Fernel (1497-1558) que além de médico (introduziu o termo fisiologia na linguagem médica) era matemático ilustre, pois sugerira como medir com exatidão um grau do meridiano terrestre, acreditava nos demônios como causadores de moléstias. No século XVI Ambroise Pare (1510-1590), o pai da cirurgia francesa, aceitava a teoria dos inquisidores sobre a bruxaria.

As epidemias e demais moléstias que afligiam os homens dessas obscuras épocas, a pregação eclesiástica insistente no caráter expiatório dos males físicos enviados do Céu para castigar e redimir os pecadores, a impotência dos recursos médicos, a ineficácia das práticas da magia, tudo isso se somou para levar ao homem a recorrer ao auxílio de divindades, quer diretamente, quer pela intercessão dos seus advogados, os Santos.

Assim os Santos surgiam como uma esperança de cura e sobrevivência. E, neste universo de credices proliferaram, na Idade Média, os santos patronos da medicina e os santos protetores da saúde e os primeiros santos a serem associados diretamente à atividade curativa foram os gêmeos Cosme e Damião, nascidos na Síria no século III a.D., durante o reinado de Diocleciano. Ganham projeção e fama devido a sua dedicação à cura sem cobrança de taxas. Conta-se que o mais notório de seus milagres foi um prodígio cirúrgico: teriam substituído com sucesso a perna gangrenada de um sacristão romano pela perna de um escravo negro morto. Porém foram perseguidos e decapitados por Diocleciano, com o que se transformaram em patronos dos médicos.

Muitos santos foram evocados para distintos males como: S. Roque e S. Sebastião para proteger contra a peste, S. Job contra a lepra, S. Antônio contra o ergotismo, S. Lúcia contra as enfermidades dos olhos, S. Vito contra picadas de aranhas, S. Elizabete, protetora dos lazarentos, S. Tereza de Ávila, protetora de enfermidades cardíacas e muitos outros.

Os Hospitais Medievais

Na antiga Roma, ao longo das amplas fronteiras do Império, surgiram os hospitais militares destinados ao atendimento dos feridos nas batalhas.

No Oriente apareceram hospitais fundados sob os auspícios de príncipes e na Europa

Ocidental os hospitais foram obras tipicamente cristãs e mantinham estreita ligação com os mosteiros e com as ordens religiosas. Porém, o aumento da população forçou, pelo espírito piedoso reinante na Idade Média, os governantes a construir hospitais livres de interferências religiosas, ou políticas.

Os hospitais públicos apareceram em muitos locais. Na segunda metade do século IV (370 a.D.) pela iniciativa de S. Basílio foi fundado em Cesárea, na Capadócia, um conjunto assistencial batizado de Basilius e que assumiu vulto de uma verdadeira cidade, com ruas, prédios diversos para classes diferentes de doentes, instalações para médicos e enfermeiras, alojamentos para convalescentes, oficinas e, até mesmo, escolas industriais para as crianças recolhidas no mosteiro. No ano 400 Fabíola, uma dama romana convertida ao cristianismo, fundou em Roma, segundo S. Jerônimo, um grande hospital o “Nosocomium” para recolher doentes das ruas e tratar os sofredores vitimados pela “pobreza e pela doença”.

Nesse tempo também a Imperatriz Eudóxia construiu hospitais em Jerusalém e ainda em Roma, o papa Symmachus dotou de hospitais as três principais Igrejas de Roma, a de S. Pedro, a de S. Paulo e a de São Lourenço.

Quando os primeiros cruzados capturaram Jerusalém em 1099, encontraram um hospital cristão que havia sido fundado 30 anos antes pelo irmão Gerardo para auxiliar aos peregrinos que iam à Terra Santa. Era cuidado por um pequeno grupo de monges que se diziam “Os Irmãos Pobres do Hospital de São João”. Os cruzados haviam entregado alguns edifícios que o irmão Gerardo reorganizou como um hospital. O grupo de monges transformou-se em uma ordem religiosa regular com o nome de “Cavaleiros de São João” (a Ordem de Malta). A seita cresceu e só na Itália teve sete hospitais. Em Rodes a Ordem de São João se transformou em um Estado soberano com suas próprias leis, um exército e um corpo diplomático, tendo construiu um imenso hospital cujas ruínas surpreendem por seu tamanho.

Na França e na Inglaterra idênticos hospitais cristãos foram implantados e, na Alemanha, o mesmo ocorreu mercê dos bons ofícios do papa Inocêncio III.

No século XIII, Inocêncio III fundou em Roma o Hospital do Espírito Santo e exortou os fiéis para que dotassem de hospitais suas dioceses, tendo conseguido que instituições destinadas ao recolhimento dos doentes surgissem em quase todas as cidades europeias com mais de 5.000 habitantes.

Estes hospitais deixavam muito a desejar quanto às condições de higiene, de estrutura funcional, bem como de ventilação e insolação. Eram recolhimentos para indigentes e perigosos focos de infecções resultantes da promiscuidade e ausência de métodos de prevenção das contaminações.

Semelhante situação não difere muito daquela encontrada nos hospitais ainda ao final do século XVIII e início do XIX, justificando-se, por isso, a repulsa dos doentes em relação a essas casas onde as perspectivas de recuperação da saúde se mostravam deficientes.

Assim, os hospitais despontaram como decorrência, por um lado, da incidência de moléstias resultantes das precárias condições de vida, por outro, da consciência do dever cristão de socorro aos desvalidos. Os hospitais surgiram desse modo como manifestação do espírito católico da época. Foram frutos de manifestação religiosa, inspirada nos ditames da caridade cristã. Surgiram, por isso, ligados às organizações monásticas e às ordens religiosas, o que, entretanto, não impediu a participação do poder temporal representado pelos monarcas igualmente levados pela obediência aos preceitos ditados pela fé.

A segunda vertente de formação da Europa. A medicina bizantina. O desenvolvimento da cultura árabe e a invasão da Europa por estes. Jundi Shapur e a salvaguarda da cultura da

época Clássica. A recuperação da medicina clássica greco-romana pelos árabes. O médico Avicena.

A Formação da Europa

Uma das vertentes da formação da Europa Moderna, a vertente ocidental, se deu, a partir dos séculos II e III a.D., com o declínio do Império Romano. Com a decadência de povoações e cidades do entorno do mediterrâneo se verificaram as sucessivas invasões de grupos bárbaros, como os germânicos advindos do norte da Europa e os asiáticos do oriente, originando-se disto uma divisão da Europa conforme territórios eram conquistados.

A outra vertente, bem mais tardia a oriental, seguiu-se ao declínio do Império de Bizantino.

O Império Bizantino, divisão oriental do Império Romano, surgiu após a queda de Roma com a fragmentação do Império em dois e estendeu até a queda de Constantinopla com a sua conquista pelo Império Otomano, sob o comando do sultão Maomé II, em 1453, fato que marca o fim da Idade Média e também decreta o fim dos últimos vestígios do outrora poderoso Império Romano.

O domínio muçulmano na península Ibérica, denominada pelos árabes de “al-Andalus”, durante a Idade Média a partir de 711 não só impregnou o sul da Europa com a cultura árabe como também com sua medicina.

A Medicina Bizantina

A medicina bizantina recolheu conhecimentos do Egito helenizado e as suas cerimônias de cura se fundamentaram numa bibliografia atribuída a Hermes Trimegisto, o “Corpus Hermeticum”. A tradição hermética, nas quais as cerimônias de cura se baseavam mesclava magia, astrologia e alquimia, que passaram do Egito para Bizâncio e daí para a Europa. Porém, a medicina no Império Bizantino se desenvolveu debaixo da autoridade da Igreja Católica, que sustentava o princípio da autoridade suprema das Sagradas Escrituras, não somente nos assuntos da fé como também nos da ciência.

Cristianizaram-se algumas práticas pagãs e a principal delas foi a do “incubatio”, ou do sonho. Depois de um banho de purificação, o enfermo deveria adormecer dentro de recinto sagrado, processo chamado de <incubatio> (incubação) quando então a cura lhe chegaria pelos sonhos. Nos templos, também havia a prática dos ex-votos, da astrologia e do uso de feitiçarias e amuletos. Estas práticas atravessaram a Idade Média e subsistem ainda hoje em muitos grupos sociais. Os primeiros médicos cristãos incluíram autoridades eclesiásticas como Eusébio, o bispo de Roma, e Zenóbio, sacerdote de Sidon. Suas práticas se baseavam nos ensinamentos de Jesus, sendo que, para eles, auxiliar o enfermo era um dever cristão. Estas atividades alcançaram grande importância tanto para o indivíduo como para a comunidade, ao agrado dos bispos que, assim, se tornavam responsáveis por cuidar dos doentes.

A medicina bizantina foi uma medicina dogmática na qual prevaleceu a fé dominando a tudo, incluindo a razão e a realidade.

O objetivo essencial desta medicina era o de ajudar o enfermo, considerando isto como sendo um ato de caridade cristã.

Deste modo a medicina, após haver sido primeiro mágico-sacerdotal, depois religiosa e ao mesmo tempo empírica, de haver se transformado em uma prática racional na época da Grécia clássica, de fazer-se objetiva e experimental em Alexandria e de haver regulado a higiene ambiental em Roma, voltou a tornar-se religiosa na decadência do Império Romano e a ficar sob o domínio da Igreja Católica no Império Bizantino.

A Medicina Árabe Medieval

No oriente a medicina árabe representou uma retomada da medicina greco-romana, bem como uma reconquista dos estudos das doenças e seus tratamentos.

A partir de 76 a.D., Jundi Shapur, na Pérsia, passou a receber muitos refugiados primeiro judeus, após a destruição de Jerusalém, e depois filósofos gregos da Academia de Atenas com o seu fechamento em 529. Estes refugiados portavam consigo uma grande quantidade de textos da época. Contribuíram, então, os refugiados, na preservação de escritos clássicos gregos, não somente médicos, mas, de diferentes ramos da cultura grega, durante os séculos nos quais esteve a Europa submersa na Idade Média.

Os Nestorianos, que fugindo de Alexandria no ano 431, também foram se asilar em Jundi Shapur colaboraram, também, na guarda de importantes obras greco-romanas.

Com isso, no século VII pôde se estabelecer em Jundi Shapur um centro de ensino superior conhecido como “Academia Hipocrática”, que permaneceu como a principal instituição científica do mundo árabe por mais de um século, quando foi substituída pela “Casa da Sabedoria de Bagdá”.

Em meados do século IX os árabes já conheciam a íntegra do “Corpus Hipocraticum”, a obra monumental de Galeno e vários dos textos de Aristóteles.

Quando os árabes chegaram à Europa, os seus eruditos já haviam traduzido todo o material literário greco-romano que encontraram para o seu próprio idioma, de modo que, os textos gregos originais podiam ser consultados tanto em sírio como em árabe.

Os califas se tornaram defensores das escolas e das ciências.

Foi este respeito pela sabedoria que possibilitou aos árabes reunir um número enorme de informações em todos os campos do conhecimento humano.

Observe-se que se deve aos Nestorianos a construção de um hospital em Edessa e posteriormente outro em Jundi Shapur, em 489.

Avicena

Avicena (Abū ūAlū al-ūsayn ibn ūAbd Allūh ibn Sūnū), 980-1037, foi uma criança prodígio, aos 10 anos recitava de memória o al Corão e obras clássicas. Primeiro estudou filosofia, direito, matemática e em particular, a geometria de Euclides. Aos 16 anos começou a estudar medicina. Aos 18 anos conhecia toda a literatura médica da época, a qual havia sido preservada graças à Biblioteca de Alexandria e as traduções árabes das obras de Hipócrates, Galeno e Aristóteles. Quando tinha cerca de 20 anos escreveu sua primeira obra: uma enciclopédia em 20 volumes. Por deixar um grande número de obras, que abarcam todo o saber de seu tempo, apareceu ante a posteridade como um novo Aristóteles.

Seu maior êxito foi alcançado na medicina com o seu “Canon medicinae”, no qual incorporou Galeno e Aristóteles à medicina de forma equilibrada. Traduzido para o latim no século XII, transformou-se no principal tratado médico usado nas incipientes universidades da Europa, tendo sido venerado na Europa como uma obra valiosa, até o século XVII.

A teoria humoral da enfermidade foi adotada por Avicena que a expos e comentou com detalhes, sem agregar ou modificar absolutamente nada, mas de forma dogmática e autoritária. O Cãnone se divide em cinco grandes tomos: o primeiro se refere à teoria da medicina, o segundo aos medicamentos simples, o terceiro descreve as enfermidades locais e seus tratamentos, o quarto abrange as enfermidades gerais (febre, sarampo, varíola e outros padecimentos epidêmicos) e as cirurgias, e o quinto explica com detalhe a forma de preparar distintos medicamentos.

Avicena descobriu a natureza contagiosa da tuberculose, descreveu a pleurisia e algumas variedades de doenças nervosas, mostrando que a enfermidade pode espalhar-se pela contaminação da água e do solo. Descreveu doenças como a hidrofobia, a nefrite crônica, a

hidrocele, a estenose pilórica e outras. Separou os dois tipos de paralisia facial, central e periférica, e distinguiu os três tipos de icterícia: a obstrutiva, a hepática e a hemolítica.

O início da anatomia com a dissecação. O exame de urina.

Os principais procedimentos médicos do final da Idade Média. A sangria. A utilização de dietas. A purga. A prescrição de drogas. A teriaga. As curas místicas. As práticas cirúrgicas. A cirurgia e a medicina.

A Prática da Medicina ao Final da Idade Média

Até fins do século XV os conhecimentos teóricos na medicina não haviam avançado muito mais do que na época de Galeno. A teoria humoral da enfermidade reinava soberana com acréscimos religiosos e participações importantes da astrologia.

A anatomia estava começando a ser estudada não somente nos textos de Galeno e Avicena, mas também no cadáver, embora, nesses tempos muito poucos médicos haviam visto mais de uma dissecação em sua vida (a autorização oficial para usar dissecações no ensino da anatomia foi dada pelo Papa Sexto IV (1471-1484) e confirmada por Clemente VII (1513-1524)). A fisiologia do coração e do aparelho digestivo era baseada em Galeno e a da reprodução já havia esquecido os ensinamentos da ginecologia de Sorano de Éfeso (séculos 1/2 d.C.).

O diagnóstico se baseava sobre tudo na inspeção da urina, que, segundo os numerosos tratados e sistemas de uroscopia, interpretava-se segundo as camadas de sedimento que se distinguiam no recipiente, já que cada camada corresponderia a uma zona específica do corpo. Também a inspeção do sangue e da saliva era importante para o reconhecimento da enfermidade. A tomada do pulso havia caído no desuso, ou, pelo menos, já não se praticava com o cuidado recomendado por Galeno.

O tratamento se baseava no princípio do “contraria contrariis” e se reduzia a quatro medidas gerais:

- 1ª A sangria: que era realizada quase sempre por flebotomia, com a ideia de eliminar o humor excessivo responsável pela discrasia ou desequilíbrio (pletora), ou, ainda, para derivá-lo de um órgão para outro. As indicações da flebotomia eram muito complicadas, pois incluíam não só o local e a técnica, mas, também condições astrológicas favoráveis, número de sangramentos e quantidade de sangue obtida em cada ação, que, por sua vez, dependiam do temperamento e da idade do paciente, da estação do ano, da localização geográfica etc. Havia muitas opiniões distintas e todas eram discutidas calorosamente, usando inúmeras referências de Galeno, Rhazes, Avicena e outros autores clássicos. Também eram usadas sanguessugas, embora com menor frequência que no século XVIII.
- 2ª A dieta: que era sugerida para evitar que a partir dos alimentos continuasse a ser produzido o humor responsável pela discrasia. Desde os tempos hipocráticos a dieta era um dos principais meios terapêuticos, baseada em dois princípios: restrição alimentar, frequentemente absoluta, ainda que em casos não conduzisse rapidamente a desnutrição e a caquexia, e condutas precisas e volumosas para a preparação dos alimentos e bebidas permitidos, que ao final eram cozimentos, caldos, ovos e leite.
- 3ª A purga: que era proposta para facilitar a eliminação do excesso do humor causador da enfermidade. Esta medida terapêutica era herança de uma antiga ideia egípcia, a do “whdw”, princípio patológico que gerado no intestino daí passaria para o resto do organismo, produzindo mal-estar e sofrimento. Esta pode ser a mais antiga medida terapêutica médica popular. Identificada como eficiente desde o século XI a.C. no Egito,

continuou vigente até meados do século XX. Às vezes os purgantes eram substituídos por enemas.

4ª As drogas: lugar comum era o uso de drogas de distintos e diversos tipos, que de regra eram obtidas, a maior parte, de diferentes plantas, às quais eram atribuídas diversas propriedades: digestivas, laxantes, diuréticas, diaforéticas, analgésicas etc. A polifarmácia era a regra e com frequência as receitas continham mais de 20 componentes distintos. A preparação favorita da época foi a “teriaca” ou “teriaga”.

A Teriaga

Este medicamento era um antídoto polifármaco, que foi mencionado pela primeira vez no poema “Theriaká” de Nicandro de Colófon (Séc. II a.C.). Foi objeto de várias formulações, sendo a mais conhecida a do médico de Nero Andrômaco (séc. I a.D.), que se baseou num antídoto para os venenos desenvolvido por Mitrídates, rei de Ponto, que temia que o envenenassem.

A “teriaca” de Andrômaco tinha 64 substâncias distintas, incluindo fragmentos de carne de víboras venenosas, e sua preparação era tão complicada que em Veneza no século XV devia ser aviada na presença dos priores e conselheiros dos médicos e dos farmacêuticos.

Entre os componentes da “teriaca” estava o ópio, o que pode explicar a sua popularidade. A preparação durava meses e podia ser usado tanto na forma líquida, quanto como unguento. A receita da “teriaca” é encontrada na farmácia galênica.

Outras substâncias também recomendadas por seus poderes mágicos eram: cornos de unicórnio, sangue de dragão, esperma de rã, bÍlis de serpentes, pó de múmia humana, fezes de diversos animais etc. Ao mesmo tempo, que se utilizavam destas medidas terapêuticas também usavam outras baseadas em poderes sobrenaturais.

Os exorcismos eram importantes no trato dos transtornos mentais, epilepsia, ou impotência; nestes casos o sacerdote substituíva o médico. A crença nos poderes curativos das relíquias era generalizada, e então como agora se rezava aos santos especiais para o alívio dos padecimentos específicos. A tuberculose ganglionar cervical ulcerada, ou escrófula, se curava com o toque da mão do rei, tanto na Inglaterra como na França, desde o ano 1056, quando Eduardo o Confessor iniciou a tradição na Inglaterra, até 1824, quando Carlos X tocou a 121 pacientes que lhe foram apresentados por Alibert e Dupuytren em Paris.

A Prática da Cirurgia

Os médicos não praticavam a cirurgia, que estava nas mãos dos cirurgiões e dos barbeiros. Os cirurgiões não atuavam nas universidades, não falavam latim e eram considerados gente pouco educada e de classe inferior. Muitos eram itinerantes, que iam de uma cidade a outra operando hérnias, cálculos vesicais, cataratas, o que requeria experiência e habilidade cirúrgica, ou curando feridas superficiais, abrindo abscessos e tratando fraturas.

Seus principais competidores eram os barbeiros, que além de cortar cabelo vendiam unguentos, extraíam dentes, aplicavam ventosas, punham enemas e faziam flebotomias. Os barbeiros aprenderam estas coisas nos mosteiros, aonde acorriam para a tonsura dos frades. Como os frades por lei eclesiástica, deveriam se sangrar periodicamente, aproveitavam a presença dos barbeiros para matar dois pássaros com um tiro. Os barbeiros dos mosteiros eram conhecidos como “raser et minutor”, que significava barbeiro e sangrador.

Os cirurgiões de Paris formaram a Irmandade de São Cosme em 1365 com dois objetivos: promover seus ingressos na Faculdade de Medicina de Paris e impedir que os barbeiros praticassem a cirurgia. Ao final de dois séculos conseguiram as duas coisas, mas em troca tiveram de aceitar os regulamentos das Faculdades, que os obrigava a estudar nelas, aprender o latim e a

passar em um exame, para poder exercer cirurgia. Tiveram também que incorporar aos barbeiros como membros de sua irmandade.

Na Inglaterra os cirurgiões e os barbeiros foram reunidos em um só grêmio por Henrique VIII, e assim estiveram até 1745, quando a união se dissolveu, mas em 1800 foi fundado o Real Colégio de Cirurgiões. Na Itália a distinção entre médico e cirurgião nunca foi tão pronunciada, e desde 1349 existiam estatutos que se aplicavam tanto a médicos, cirurgiões quanto aos barbeiros. Todos deviam registrar-se e passar em exames nas escolas de medicina das universidades para exercerem a profissão.

EPÍLOGO

Do renascimento, para os nossos dias, com o advento da ciência, se iniciou o conhecimento médico moderno.

Este evolui a partir da anatomia praticada em cadáveres (Leonardo da Vinci, Vesalius, Mondino di Luzzi e outros), da microscopia no surgimento e evolução da histologia (Johannes e Zacharius Jansen, Antoni van Leeuwenhoek, Marcello Malpighi e outros), das experimentações fisiológicas (Luigi Galvani, Claude Bernard e outros), com as correlações clínicas com a anatomia patológica e a patologia (Broca, Wernicke e outros), com as experimentações cirúrgicas (Flourens, Penfield e outros), para a moderna biologia molecular nos nossos dias.

<i>SIGLAS</i>	
<i>f.</i>	<i>floresceu, maturidade;</i>
<i>a.C.</i>	<i>antes de Cristo;</i>
<i>a.D.</i>	<i>ano Domine, ano do Senhor;</i>
<i>d.C.</i>	<i>depois de Cristo.</i>

Referências bibliográficas

- Azulay, R.D. **De Moisés a Sabin: contribuição judaica à história da medicina.** Rio de Janeiro, Garamond, 2001.
- Bernardes de Oliveira, A. **Evolução da medicina: até o início do século XX.** São Paulo, Pioneira/Secretaria do Estado da Cultura, 1981.
- Burns, E.M. **História da civilização ocidental.** 23. ed. Porto Alegre, Globo, 1981. Cairus, H.F. & Ribeiro Jr., W.A. **Textos hipocráticos: o doente, o médico e a doença.** Rio de Janeiro. Fiocruz. 2005.
- Frisoli, Jr, A. & Vieira, R.M. - A Medicina hipocrática: a origem dos procedimentos médicos. **Unimar Ciências**, v. II (1), p. 97-100, 1994.
- Labat, R. A propos de la chirurgie babylonienne. **Journal asiatique**, 242:207-218. 1954. Lain Entralgo, P. **História Universal de la Medicina.** Barcelona, Salvat, 1976. v. I a VII Morin, E. **O Homem e a morte.** Lisboa. Europa América, 1976.
- Oliveira Pais, M.A. **A formação da Europa: a alta Idade Média.** 6. Ed. São Paulo, Atual, 1994.
- Oliveira Pais, M.A. **O despertar da Europa: a baixa Idade Média.** São Paulo, Atual. 1992.
- Pinsky, J. **As primeiras civilizações.** 21. ed. São Paulo, Contexto. 2003. Resende, J.M. de **À sombra do Plátano: crônicas da história da Medicina.** São Paulo, Editora Unifesp. 2009.
- Sigerist, H.E. **History of Medicine: Early Greek, Hindu & Persia.** V.II. Oxford Oxford USA Trade. 1961.
- Vieira, R.M. **A mente humana: uma aproximação filosófica no seu conhecimento.** São Paulo, 1985. [Tese de Doutorado, Escola Paulista de Medicina].
- Vieira, R.M. **O corpo humano: uma interpretação fenomenológica de sua significação existencial.** São Paulo, 1989. [Tese de Doutorado, Escola Paulista de Medicina].
- Vieira, R.M. **A medicina.** Rio de Janeiro, Rubio. 2004.
- Vieira, R.M. **A aurora do homem.** Rio de Janeiro, Letra Capital. 2010.
- Vieira, R.M. **A prática da medicina.** Rio de Janeiro, Rubio, 2011.

Vieira, R.M. **Raízes históricas da medicina ocidental**. São Paulo, Editora UNIFESP, 2012.